

2017

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 9 - N. 01
Maio de 2017
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Segurança Pública

Adriano Oliveira
Carlos Gadelha
Simara Costa
Sandra Andrade
Gláucio Soares

OPINIÃO
Dimas Ferreira

PESQUISANDO
Gláucio Soares



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Arthur Leando Alves da Silva - UFPE

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA

Denise Paiva Ferreira – UFG

Gabriela Tarouco – UFPE

Gustavo Venturi Júnior – USP

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Heloisa Dias Bezerra – UFG

Julian Borba – UFSC

Letícia Ruiz Rodrigues – Universidad

Complutense de Madrid

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço – UFBA

Malco Braga Camargos – PUC-MINAS

Moritz Lohe – Freie Universität Berlin

Paulo Victor Melo – UFMG

Pedro Floriano Ribeiro – UFSCar

Pedro Santos Mundim – UFG

Ricardo Costa – FMU/FIAMFAM

Rubens de Toledo Júnior – UNILA

Silvana Krause – UFRGS

Thiago da Silva Sampaio – UFMG

Yan de Souza Carreirão – UFPR

Jornalista Responsável

Érica Anita Baptista

Equipe Técnica:

Angélica Bicego

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e

Econômicas – IPESPE

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 – Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil – CEP:31.270-901

+ (55) 31 3409 3823

Email: marketing-politico@uol.com.br

Facebook: Grupo Opinião Pública

Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de inteira
responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano IX, Número I, Maio de 2017

SUMÁRIO

Editorial	4-5
Pesquisando Gláucio Soares	6-8
Dossiê: Segurança Pública	
• A (In) segurança pública explica o julgamento dos eleitores? Adriano Oliveira, Carlos Gadelha, Simara Costa	9-24
• Vidas desiguais, mortes desiguais Gláucio Soares, Sandra de Andrade	25-34
Opinião	
• Corrupção: Teoria, percepção e realidade Dimas Ferreira	35-47
Colaboradores desta edição	48-49

Editorial

Segurança Pública

Nas primeiras semanas de 2017, mais de 130 mortes ocorreram após várias rebeliões em unidades penitenciárias do Brasil, evidenciando a precariedade do sistema prisional, que na atualidade corresponde a quarta maior população carcerária do mundo, e opera com uma quantidade de mais de 65% acima da capacidade oficial, de acordo com o Ministério da Justiça.

Já no dia 4 de fevereiro, mulheres e familiares dos militares do Espírito Santo impediram a saída de viaturas de batalhões e quartéis em protesto a favor de melhorias nos benefícios e salário da categoria. Após adesão, mais de 23 municípios capixabas contavam com um desfalque do policiamento em suas ruas e uma onda de violência se instalou no estado com um forte número de roubos, saques e mortes. A greve durou 21 dias e o caos deu início a reflexão sobre a atual conjuntura política no país e seu desempenho perante a segurança pública.

Diante desse quadro, o Grupo Opinião Pública percebeu a emergência em fomentar a discussão sobre a segurança pública brasileira, como a situação chegou a eventos impactantes e como o sistema político brasileiro estaria relacionado. Sendo assim, a presente edição da Revista Em Debate abordará o tema “Segurança Pública”.

Assim, abrimos a coluna *Dossiê* com o artigo “A (in)segurança pública explica o julgamento dos eleitores?”, apresentado por Adriano Oliveira, professor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Carlos Gadelha, mestre em estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e estatístico do Instituto de Pesquisa Uninassau e Simara Lúcia Lemos da Costa, mestre em Estatística pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e estatística do Instituto de Pesquisa Uninassau, no qual analisam, por pesquisas quantitativas realizadas no nordeste, a existência

de uma associação ente a gestão do prefeito e o julgamento dos eleitores sobre esse mandato e diversos aspectos da segurança pública. Os autores relacionam a popularidade do prefeito com seu grau de envolvimento perante a segurança pública.

Em seu artigo intitulado “Vidas iguais, mortes desiguais”, Sandra de Andrade, especialista em Segurança Pública pela Universidade de Brasília (UNB) e consultora da Unesco no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Gláucio Soares, pesquisador sênior nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), analisam o número de homicídios distribuídos por distintos grupos da sociedade e como são influenciados por políticas públicas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro.

Na coluna *Opinião*, o artigo “Corrupção: teoria, percepção e realidade” de Dimas Ferreira, doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), demarca a maneira na qual a corrupção é tratada pelas diferentes tradições políticas e põe o Brasil como parâmetro de estudo para entender os impactos de seu processo político democrático.

Por fim, inauguramos a coluna *Pesquisando*, de autoria do Professor Gláucio Soares, que nesta edição abordará sobre como as políticas de fomento científico no governo Dilma Rousseff impactaram produções e discussões acadêmicas.

A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CINCO IDIOMAS: ASCENSÃO RÁPIDA E QUEDA LENTA

Gláucio Soares
Pesquisador do IESP/ UERJ
✉ soares.glaucio@gmail.com

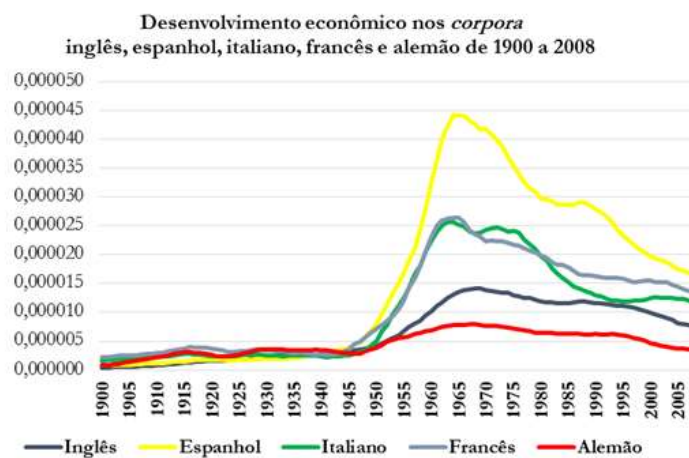
Há um debate acadêmico a respeito da orientação econômica do governo Dilma? Sabemos que o debate político existiu e continua vivo: as políticas econômicas adotadas por Dilma foram definidas como estatistas e nacional-desenvolvimentistas. Falso ou verdadeiro? Não me cabe definir.

Há um perigo em separar duas áreas – a política e a acadêmica – que são conjuntos com uma significativa interseção. Os conceitos e teorias influenciam o debate político e ideológico. As opiniões acadêmicas pesam nessa perspectiva.

Se as políticas econômicas de Dilma podem ou devem ser definidas como estatistas e nacional-desenvolvimentistas tampouco cabe a mim definir. Realidade ou rótulo político, ela é parte de um pensamento que tem uma origem parcialmente cepalina, que teria encontrado uma alta receptividade durante o governo Geisel.

Como se comportou o mundo acadêmico, o mundo dos livros e das publicações, com relação ao desenvolvimentismo?

GLÁUCIO SOARES
A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CINCO IDIOMAS:
ASCENSÃO RÁPIDA E QUEDA LENTA



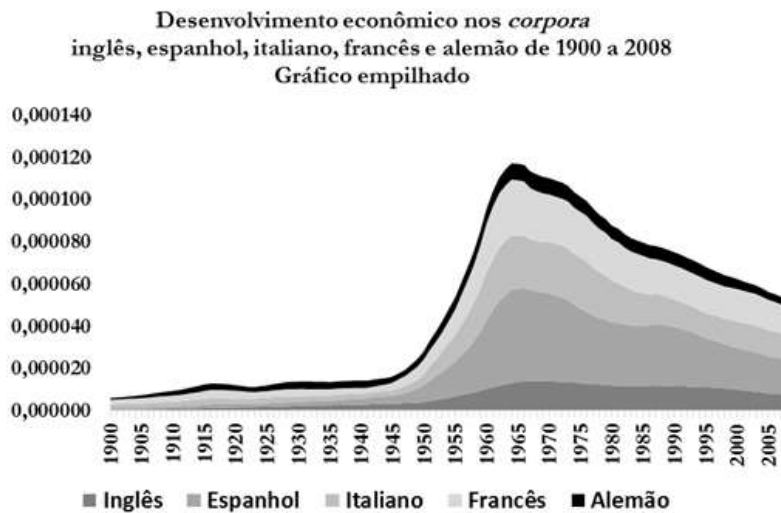
Usando os livros do projeto *Google Books* podemos discernir duas tendências¹:

1. Um crescimento acelerado em cinco *corpora* (inglês, espanhol, italiano, francês e alemão) de meados da década de quarenta até meados da década de sessenta, que foi
2. Seguido de uma tendência a um declínio menos acelerado de meados da década de sessenta até a primeira década deste século.

O gráfico “empilhado” com os valores dos cinco *corpora* sugere que esse movimento (crescimento rápido, seguido de um claro declínio do conceito de “desenvolvimento econômico”) caracterizou os livros publicados nesses idiomas.

¹ As possibilidades e as limitações dos Google Books foram analisadas em dois artigos na revista Insight-Inteligência: DEUS MORREU? CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE DE MEIO SÉCULO (abril a junho de 2017) e Ascensão e queda do Marxismo, disponível em https://www.academia.edu/6982144/Ascens%C3%A3o_e_queda_do_Marxismo

GLÁUCIO SOARES
A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM CINCO IDIOMAS:
ASCENSÃO RÁPIDA E QUEDA LENTA



Não foi um fenômeno isolado: autores associados com as teorias econômicas endossadas pela CEPAL nas décadas de 50 e 60, como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, e conceitos associados, como “desarrollo hacia afuera”, “industrialización substitutiva” e vários outros também cresceram e caíram no mesmo período.

Orientação teórica ou rótulo político? Deixo para o leitor decidir. Qualquer que seja a conclusão, trata-se de conceito com a popularidade em declínio.

O que não quer dizer errado.

A (IN) SEGURANÇA PÚBLICA EXPLICA O JULGAMENTO DOS ELEITORES?

Adriano Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco
✉ adrianopolitica@uol.com.br

Carlos Gadelha
Instituto de Pesquisa Uninassau
✉ carlos.gadelha@hotmail.com

Simara Costa
Instituto de Pesquisa Uninassau
✉ simaracosta@hotmail.com

Resumo: Este artigo verifica se existe associação entre julgamento dos eleitores para com a gestão do prefeito e a opinião deles sobre diversos aspectos da segurança pública. Pesquisas quantitativas realizadas em Recife, Maceió e Santa Cruz do Capibaribe além de teste estatístico adequado revelam que prefeitos que agem em prol da segurança pública conquistam a aprovação dos eleitores. E quando eleitores atribuem maior responsabilidade ao prefeito para agir em prol da segurança pública, ele tende a obter impopularidade entre os eleitores que avaliam negativamente o estado da segurança pública.

Palavras-chave: Julgamento do eleitor; Segurança pública; Comportamento eleitoral

Abstract: This article checks whether there is an association between voters' judgment and the mayor's management and their opinion on various aspects of public safety. Quantitative research conducted in Recife, Maceió and Santa Cruz do Capibaribe, as well as an adequate statistical test; reveal that mayors who act in favor of public safety win the voters' approval. And when voters attribute greater responsibility to the mayor to act for public safety, he tends to gain unpopularity among voters who negatively assess the state of public safety.

Keywords: Voter's judgment, Public security, Electoral behavior.

Introdução

Em eleições para prefeito, governo do Estado e presidente da República, a segurança é tema recorrente. Institutos de pesquisas revelam que

a melhoria da segurança é demanda frequente dos eleitores.¹ As eleições para os diversos cargos executivos representam o momento dos eleitores expressarem seu descontentamento ou contentamento para com gestores.

Eleitores atribuem responsabilidade por dada demanda ao prefeito, governador e presidente. Outras demandas são de responsabilidade apenas do prefeito ou do governador. Isto significa que eleitores colocam responsabilidade por certa demanda para determinado gestor, pois esperam que ele apresente solução (SAMPAIO, 2014).

Na literatura que aborda o comportamento eleitoral está presente o voto retrospectivo. Este tipo de voto parte da premissa de que os eleitores decidem quanto à reeleição do gestor considerando o seu desempenho à frente do Poder Executivo. O eleitor, portanto, olha para o passado e o presente para escolher se vota ou não na reeleição do candidato. O voto retrospectivo é observado não só no dia da eleição; quando gestores têm a sua administração aprovada, é possível predizer que parte dos eleitores tende a votar no gestor que concorre à reeleição (ALMEIDA, 2008; FIORINA, 1981).

Os eleitores podem também desconsiderar a lógica plausível do voto retrospectivo. Isto é: o eleitor pode considerar que o gestor A é um bom presidente. Contudo, não está apto para conduzir o país nos próximos quatro anos. Neste caso, o presidente A não tem a competência ou características para enfrentar determinado problema, segundo os eleitores (ACHEN, BARTELS, 2016).

Qual é a sua avaliação da segurança pública em sua cidade? Quem tem mais poder para melhorar a segurança pública? Em sua opinião, o prefeito

¹ Diversos institutos de pesquisa, como Datafolha, Ibope, Uninassau e Cenário Inteligência, ao fazerem a pergunta sobre o principal problema da cidade ou do país, mostram que segurança pública ou violência está sempre entre os principais problemas.

realiza ações para tornar a cidade mais segura? Respondemos estas indagações neste artigo com o objetivo de comprovar ou não as seguintes hipóteses:

- No universo dos eleitores que avaliam negativamente o estado da segurança pública no município, a reprovação da gestão do prefeito é maior do que a aprovação;
- No universo dos eleitores que atribui poder/responsabilidade ao prefeito para resolver a demanda por segurança pública, a reprovação da gestão do alcaide é maior do que a aprovação;
- No universo dos eleitores que reconhecem que o alcaide age para a promoção da segurança pública no município, a aprovação da sua gestão é maior do que a reprovação.

Para responder as indagações realizadas e testar as hipóteses utilizamos pesquisas quantitativas realizadas nas cidades de Recife, capital do estado de Pernambuco; Maceió, capital do estado de Alagoas; e Santa Cruz do Capibaribe, cidade localizada no estado de Pernambuco. Nestas três cidades, os gestores disputaram a reeleição na última disputa municipal.²

Utilizamos para testar as hipóteses, o teste estatístico Qui-quadrado. Tal teste verifica se existe associação significativa entre as variáveis. Isto é: as variáveis são dependentes. Neste artigo, temos duas variáveis. A variável 1, é o julgamento que o eleitor faz da gestão do prefeito. E a variável 2 é a opinião que o eleitor tem para com diversos aspectos da segurança pública.

Este artigo está dividido em duas partes mais a conclusão. Na primeira delas, utilizaremos a estatística descritiva para apresentar as opiniões dos eleitores sobre a segurança pública em cada cidade. Na segunda parte, testamos as hipóteses apresentadas. Em seguida, apresentamos a conclusão.

² Agradecemos a Cenário Inteligência pela disponibilidade dos dados.

Gramacho et al. (2014) mostram a relação entre aumento da passagem de ônibus e escolha do eleitor. Neste artigo, verificamos se existe associação entre julgamento dos eleitores para com a administração do prefeito e demanda por segurança pública. Tal abordagem é inovadora na literatura brasileira sobre estudos eleitorais, como bem revelam Lavareda e Telles (2012; 2014). Daí a importância deste artigo para o estudo do comportamento eleitoral.

A opinião do eleitor sobre a segurança pública

A cidade de Maceió

Nos dias 19 e 20 de setembro de 2016 foi realizada pesquisa quantitativa na capital do estado de Alagoas, Maceió. A pesquisa revelou que 39% dos eleitores aprovavam a gestão do prefeito da capital alagoana, Rui Palmeira (PSDB)³. E 46% a reprovavam. Qual é a sua avaliação da segurança pública de Maceió? Em setembro de 2016, 19% consideravam ótima/boa, 31% regular. E 46% afirmavam que era ruim/péssima.⁴

Tabela 1 – Você aprova o desaprova a gestão do prefeito de Maceió Rui Palmeira?

Avaliação	20/09/2016
Aprova	39%
Desaprova	46%
NS/NR	15%

Fonte: Cenário Inteligência.

³ Partido da Social Democracia Brasileira.

⁴As entrevistas foram realizadas nos dias 19 e 20 de setembro de 2016. Eleitores com 16 anos ou mais de idade residentes na área de abrangência. A amostra foi selecionada a partir de um plano de amostragem estratificada de conglomerados em dois estágios. No primeiro estágio foram sorteados os setores censitários e em seguida é selecionado um número fixo de pessoas segundo cotas amostrais das variáveis sexo e faixa etária. O tamanho da amostra foi de 816 entrevistas. O número de entrevistas foi estabelecido com base em uma amostragem aleatória simples com um nível estimado de 95% de confiança e uma margem de erro estimada de 3,5 pontos percentuais. A amostra foi definida com base nas fontes oficiais de dados: Censo IBGE, TSE e TRE.

Tabela 2 – Qual é a sua avaliação da segurança pública de Maceió?

Qual é a sua avaliação da segurança pública da cidade de Maceió?	20/09/2016
Ótima	3%
Boa	16%
Regular	31%
Ruim	30%
Péssima	16%
NS/NR	5%

Fonte: Cenário Inteligência.

Quem mais tem poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública de Maceió? Para 44%, prefeito e governador juntos têm mais poder. 46% consideram o governador, Renan Filho (PMDB)⁵. E 4% consideram que Rui Palmeira tem mais poder. 28% dos eleitores afirmaram que o prefeito Rui Palmeira realizava ações para tornar Maceió uma cidade mais segura para seus moradores. E 60% frisaram que o gestor não realizava ações e 12% não souberam responder.

Tabela 3 – Quem mais tem poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública de Maceió?

Quem mais tem poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública de Maceió?	20/09/2016
Rui Palmeira	4%
Governador Renan Filho	46%
Ambos	44%
NS/NR	5%

Fonte: Cenário Inteligência.

Tabela 4 – Em sua opinião, o prefeito Rui Palmeira realiza ações para tornar Maceió uma cidade mais segura para os seus moradores?

⁵ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Em sua opinião, o prefeito Rui Palmeira realiza ações para tornar Maceió uma cidade mais segura para os seus moradores?	20/09/2016
Sim	28%
Não	60%
NS/NR	12%

Fonte: Cenário Inteligência.

A cidade do Recife

Em setembro de 2016, o prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB)⁶, era aprovado por 46% dos eleitores⁷, 42% o desaprovavam. Qual é a sua avaliação da segurança pública da cidade do Recife? 76% classificavam como péssima e ruim. 20% como regular. E apenas 4% aprovavam.

Tabela 5 – Você aprova o desaprova a gestão do prefeito do Recife Geraldo Julio?

Avaliação	09/09/2016
Aprova	46%
Desaprova	42%
NS/NR	12%

Fonte: Cenário Inteligência.

Tabela 6 – Qual é a sua avaliação da segurança pública do Recife?

Qual é a sua avaliação da segurança pública da cidade do Recife?	09/09/2016
Ótima	1%
Boa	3%
Regular	20%
Ruim	25%
Péssima	51%
NS/NR	1%

Fonte: Cenário Inteligência.

⁶ Partido Socialista Brasileiro.

⁷As entrevistas foram realizadas nos dias 08 e 09 de setembro de 2016. Eleitores com 16 anos ou mais de idade residentes na área de abrangência. A amostra foi selecionada a partir de um plano de amostragem estratificada de conglomerados em dois estágios. No primeiro estágio foram sorteados os setores censitários e em seguida é selecionado um número fixo de pessoas segundo cotas amostrais das variáveis sexo e faixa etária. O tamanho da amostra foi de 816 entrevistas. O número de entrevistas foi estabelecido com base em uma amostragem aleatória simples com um nível estimado de 95% de confiança e uma margem de erro estimada de 3,5 pontos percentuais. A amostra foi definida com base nas fontes oficiais de dados: Censo IBGE, TSE e TRE.

Quem tem mais poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública do Recife? 65% afirmaram que ambos têm poder. 17% apontaram o governador Paulo Câmara (PSB) e 13% o prefeito Geraldo Julio. Em sua opinião, o prefeito Geraldo Julio realiza ações para tornar Recife uma cidade mais segura para os seus moradores? 60% afirmaram que não. 28% que sim.

Tabela 7 – Quem mais tem poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública do Recife?

Quem mais tem poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública do Recife?	09/09/2016
Geraldo Julio	13%
Governador Paulo Câmara	17%
Ambos	65%
NS/NR	5%

Fonte: Cenário Inteligência.

Tabela 8 – Em sua opinião, o prefeito Geraldo Julio realiza ações para tornar Recife uma cidade mais segura para os seus moradores?

Em sua opinião, o prefeito Geraldo Julio realiza ações para tornar Recife uma cidade mais segura para os seus moradores?	09/09/2016
Sim	28%
Não	60%
NS/NR	12%

Fonte: Cenário Inteligência.

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe

Em setembro, a aprovação do prefeito Edson Vieira (PSDB), candidato à reeleição, era de 62% e a reprovação, 32%. ⁸Qual é a sua avaliação da

⁸As entrevistas foram realizadas nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2016. Eleitores com 16 anos ou mais de idade residentes na área de abrangência. A amostra foi selecionada a partir de um plano de amostragem estratificada de conglomerados em dois estágios. No primeiro estágio foram sorteados os setores censitários e em seguida é selecionado um número fixo de pessoas segundo cotas amostrais das variáveis sexo e faixa etária. O tamanho da amostra foi de 622 entrevistas. O número de entrevistas foi estabelecido com base em uma amostragem aleatória simples com um nível estimado de 95% de confiança e uma margem de

segurança pública da cidade de Santa Cruz do Capibaribe? 77% consideravam péssimo e ruim. 15% regular e 7% boa.

Quem tem mais poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública de Santa Cruz do Capibaribe? 71% afirmaram que ambos. 23% apontaram o governador Paulo Câmara, 5% o prefeito de Santa Cruz e 1% não sabe/não respondeu. No mês de setembro de 2016, 51% dos entrevistados consideravam que o alcaide de Santa Cruz do Capibaribe não realizava ações para tornar o município mais seguro. E 42% que sim.

Tabela 9 – Você aprova o desaprova a gestão do prefeito de Santa Cruz do Capibaribe Edson Vieira?

Avaliação	01/09/2016
Aprova	62%
Desaprova	32%
NS/NR	6%

Fonte: Cenário Inteligência.

Tabela 10 – Qual é a sua avaliação da segurança pública de Santa Cruz do Capibaribe?

Qual é a sua aprovação da segurança pública de Santa Cruz do Capibaribe?	01/09/2016
Ótima	1%
Boa	6%
Regular	15%
Ruim	27%
Péssima	50%
NS/NR	1%

Fonte: Cenário Inteligência.

Tabela 11 – Quem mais tem poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública de Santa Cruz do Capibaribe?

erro estimada de 4 pontos percentuais. A amostra foi definida com base nas fontes oficiais de dados: Censo IBGE, TSE e TRE.

Quem mais tem poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública de Santa Cruz do Capibaribe?	01/09/2016
Edson Vieira	5%
Governador Paulo Câmara	23%
Ambos	71%
NS/NR	1%

Fonte: Cenário Inteligência.

Tabela 12 – Em sua opinião, o prefeito Edson Vieira realiza ações para tornar Santa Cruz do Capibaribe uma cidade mais segura para os seus moradores?

Em sua opinião, o prefeito Edson Vieira realiza ações para tornar Santa Cruz do Capibaribe uma cidade mais segura para os seus moradores?	01/09/2016
Sim	42%
Não	51%
NS/NR	7%

Fonte: Cenário Inteligência.

A análise dos dados

No universo dos eleitores que avaliam negativamente o estado da segurança pública no município, a reprovação da gestão do prefeito é maior do que aprovação. A primeira hipótese deste artigo é comprovada nas cidades de Recife e Maceió. Mas não em Santa Cruz do Capibaribe – cf. Tabela 14. Por que nesta cidade, a hipótese apresentada não é verossímil, apesar de existir associação significativa entre as variáveis?

Tabela 13 – Avaliação da segurança pública

	Maceió	Recife	Santa Cruz do Capibaribe
Ótimo/Bom	19%	4%	7%
Regular	31%	20%	15%
Ruim/Péssimo	46%	76%	77%

Fonte: Cenário Inteligência.

A tabela 13 revela que Recife e Santa Cruz do Capibaribe são as cidades que tem o maior porcentual de eleitores insatisfeitos com o estado da segurança pública, 76% e 77% respectivamente. Então, por que, indagamos novamente, a aprovação do prefeito em Santa Cruz do Capibaribe é maior do que a reprovação no ambiente dos eleitores que avaliam negativamente a segurança pública?

Tabela 14 – Avaliação da gestão versus estado da segurança pública

<i>Cidade</i>	<i>Avaliação da Gestão</i>	<i>Avaliação da Segurança Pública</i>			<i>p-valor</i>
		Ótima/Boa	Regular	Ruim/Péssima	
Recife	Aprovo	91,3%	81,2%	43,1%	0,000*
	Desaprovo	8,7%	18,8%	56,9%	
Maceió	Aprovo	93,2%	54,3%	18,3%	0,000*
	Desaprovo	6,8%	45,7%	81,7%	
Santa Cruz do Capibaribe	Aprovo	97,6%	94,6%	56,8%	0,000*
	Desaprovo	2,4%	5,4%	43,2%	

* p-valor < 0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis.

Em Maceió, 46% dos entrevistados consideram que a maior responsabilidade pela segurança pública é do governador, Renan Filho. 4% apontam Rui Palmeira, o alcaide, como que tendo maior responsabilidade. E 44% afirmam que a responsabilidade é de ambos.

Na capital pernambucana, 17% dos eleitores afirmam que o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, tem maior responsabilidade para com a segurança pública. Entretanto, 65% consideram que a responsabilidade é de ambos, prefeito e governador. E 13% apontam Geraldo Julio como quem tem mais poder para agir em prol da segurança.

Em Santa Cruz do Capibaribe, 71% asseveram que ambos têm mais poder. 23% veem o governador de Pernambuco com maior poder. E 5% atribuem maior poder ao prefeito, Edson Vieira. Observando as três cidades

conjuntamente, conforme apresentado na tabela 15, constatamos que é na capital pernambucana que está o maior porcentual de eleitores que atribuem maior responsabilidade ao prefeito pela segurança pública, 13%.

No universo dos eleitores que atribui poder/responsabilidade ao prefeito para resolver a demanda por segurança pública, a reprovação da gestão do alcaide é maior do que a aprovação. A segunda hipótese deste artigo é comprovada exclusivamente na cidade do Recife – cf. Tabela 16. Em Maceió, apesar de existir associação significativa entre as variáveis, a aprovação do prefeito é maior do que a reprovação.

Em Maceió, 4% dos eleitores atribuem maior poder ao prefeito pela segurança pública. E nela, 68,6% aprovam o gestor. Diante deste resultado, sugerimos a seguinte hipótese: quanto menor a responsabilidade do prefeito para com a segurança pública, maior a sua aprovação. Não consideramos na análise a cidade de Santa Cruz do Capibaribe em razão da inexistência de associação significativa entre as variáveis.

Tabela 15 – Quem tem mais poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública

	Maceió	Recife	Santa Cruz do Capibaribe
Prefeito	4%	13%	5%
Governador	46%	17%	23%
Ambos	44%	65%	71%
NS/NR	5%	5%	1%

Tabela 16 – Avaliação da gestão versus maior responsabilidade com a segurança pública

Cidade	Avaliação da Gestão	Quem tem mais poder para fazer alguma coisa para melhorar a segurança pública?			p-valor
		Prefeito	Governador	Ambos	
Recife	Aprovo	43,1%	62,6%	53,5%	0,014*
	Desaprovo	56,9%	37,4%	46,5%	

Maceió	Aprovo	68,6%	48,5%	41,0%	0,004*
	Desaprovo	31,4%	51,5%	59,0%	
Santa Cruz do Capibaribe	Aprovo	61,3%	73,3%	64,0%	0,117
	Desaprovo	38,7%	26,7%	36,0%	

* p-valor < 0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis.

Em Santa Cruz do Capibaribe 42% dos eleitores afirmam que o prefeito realiza ações para tornar a cidade mais segura. Em Recife e Maceió são 28%, respectivamente. Nas capitais estão o maior percentual de eleitores que consideram que o gestor não realiza ações em prol da segurança pública.

A última hipótese deste artigo é: no universo dos eleitores que reconhecem que o alcaide age para a promoção da segurança pública no município, a aprovação da sua gestão é maior do que a reprovação. Esta hipótese é comprovada e existe associação significativa entre as variáveis em todas as cidades. Como revela a tabela 18, quando eleitores reconhecem que o alcaide age em prol da segurança pública, eles o aprovam majoritariamente.

Tabela 17 – O prefeito realiza ações para tornar a cidade mais segura?

	Maceió	Recife	Santa Cruz do Capibaribe
Sim	28%	28%	42%
Não	60%	60%	51%
Não sabe/Não respondeu	12%	12%	7%

Tabela 18 – Avaliação da gestão versus ações do prefeito em prol da segurança pública

Cidade	Avaliação da Gestão	O prefeito realiza ações para tornar a cidade mais segura?		p-valor
		SIM	NÃO	
Recife	Aprovo	94,4%	29,4%	0,000*
	Desaprovo	5,6%	70,6%	
Maceió	Aprovo	96,7%	19,2%	0,000*
	Desaprovo	3,3%	80,8%	

Santa Cruz do Capibaribe	Aprovo	96,6%	34,1%	0,000*
	Desaprovo	3,4%	65,9%	

* p-valor < 0,05, há associação estatisticamente significativa entre as variáveis.

Conclusão

Ações em prol da segurança pública contribuem para a aprovação da gestão dos prefeitos. Consideramos esta a principal conclusão deste trabalho em virtude de que em todas as cidades encontramos associação significativa entre as variáveis e o índice de aprovação dos prefeitos ser extremamente alto. Portanto, é ação estratégica, gestores realizarem ações no âmbito da promoção da segurança pública.

Na capital pernambucana, no universo de eleitores que atribuem responsabilidade ao prefeito pelo estado da segurança pública, a reprovação da gestão dele é maior do que a aprovação. Mas em Maceió encontramos a aprovação do gestor maior do que a reprovação. Qual é a razão desta diferença? O artigo sugere que quanto menor a responsabilidade do prefeito para com segurança pública à luz do eleitor, como é o caso de Maceió, a sua gestão pode obter avaliação positiva majoritária.

Apesar dos resultados diferentes entre Recife e Maceió, consideramos que eleitores ao responsabilizarem gestores por dada demanda, julgam de modo aparentemente coerente a administração do prefeito. Em Recife, 13% dos eleitores atribuíram maior poder ao prefeito para fazer algo pela segurança. Em Maceió, foram 4%. Assim sendo, se existem mais eleitores atribuindo poder ao prefeito para realizar ações em prol da segurança pública, é possível que o julgamento dos eleitores para com administração do prefeito seja mais exigente.

Nas capitais de Pernambuco e Alagoas, no universo dos eleitores que avaliam negativamente o estado da segurança pública, a reprovação dos

respectivos gestores é maior do que a aprovação. Resultado compreensível. Contudo, por que em Santa Cruz do Capibaribe, tal resultado não é observado?

Na cidade do agreste pernambucano, 62% dos eleitores aprovam a gestão do prefeito Edson Vieira. É o maior porcentual de aprovação entre os gestores avaliados. Semelhante a Maceió, em Santa Cruz do Capibaribe está, entre as cidades analisadas, o menor porcentual de eleitores que afirmam que o prefeito tem maior poder do que o governador para realizar ações em prol da segurança pública, 5%.

Portanto, a alta taxa de aprovação da gestão mais a menor responsabilidade/poder para agir pela segurança pública atribuída pelos eleitores ao prefeito sugere explicação para que no universo dos eleitores que avaliam negativamente o estado da segurança na cidade, o prefeito tenha aprovação da gestão maior do que a reprovação.

Ou seja: quanto menor poder é atribuído ao prefeito para agir em prol da demanda segurança pública, menor é a sua reprovação entre os eleitores no universo dos que avaliam negativamente o estado da segurança pública. Esta conclusão é semelhante a que ofertamos para Maceió.

A explicação apresentada sugere, novamente, que eleitores fazem julgamentos coerentes. E de que existem, a depender da cidade, outros fatores, além da segurança pública, que orientam/condicionam o julgamento dos eleitores para com a gestão do prefeito. Portanto, as duas conclusões fundamentais deste artigo, as quais se complementam, são:

- Prefeitos que agem em prol da segurança pública obtêm índices de aprovação da gestão maior do que a reprovação. Agir em prol da segurança proporciona popularidade entre os eleitores e, por consequência, possível novo sucesso eleitoral;

- Quanto mais eleitores atribuem poder ao prefeito para agir em prol da promoção da segurança pública, mais eles são exigentes no julgamento da gestão do alcaide no universo dos que avaliam negativamente o estado da segurança pública.

É importante destacar que é necessária a identificação dos motivos que levam eleitores a aprovar ou reprovar administrações. Não é suficiente esclarecedor afirmar que prefeitos aprovados tendem a ser reeleitos (FIORINA, 1981; ALMEIDA, 2008). É importante encontrar as razões que influenciam os julgamentos dos eleitores para com a gestão. O encontro das razões possibilita a ampliação da compreensão dos julgamentos dos eleitores.

Assim como se faz necessário, identificar a responsabilidade que os eleitores atribuem para o atendimento das demandas (SAMPAIO, 2014). O eleitor, na eleição municipal, pode demandar por segurança pública, mas se ele não identifica o prefeito como responsável pela insegurança na cidade ou como sujeito estratégico para realizar ações de combate à violência, qual é a razão de considerarmos a violência como tema de campanha eleitoral?

O que este artigo mostra é que os eleitores, em sua maioria, demandam por segurança pública e consideram que prefeito e governador têm responsabilidade para com o enfrentamento à criminalidade. Portanto, o provimento da segurança pública é pauta da eleição municipal.

Referências

ALMEIDA, A. C. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ACHEN, C. H.; BARTELS, L. M. *Democracy for realists – Why elections do not produce responsive government*. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

GRAMACHO, W.; JÁCOMO, N.; SAMPAIO, T. Tarifas e tarefas: determinantes locais e institucionais da aprovação do prefeito de São Paulo (1993-2002). In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.) *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven; London: Yale University, 1981.

SAMPAIO, T. S. Popularidade presidencial: Análise dos fundamentos do suporte público da presidente Dilma Rousseff. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2014.

VIDAS DESIGUAIS, MORTES DESIGUAIS

Gláucio Ary Dillon Soares
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
✉ soares.glaucio@gmail.com

Sandra Regina Cabral de Andrade
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
✉ sandrade2308@gmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a influência de políticas públicas no número de homicídios registrados, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro, mostrando como essas políticas podem acentuar ou elevar as taxas de homicídios e como essas taxas são distribuídas pelos distintos grupos que formam uma sociedade.

Palavras chave: Políticas públicas, homicídios, raça, desigualdade.

Abstract: The article aims to analyze the influence of public policies on the number of homicides registered, mainly in the State of Rio de Janeiro, showing how these policies can decrease or increase homicide rates and how these rates are distributed among the different groups that form a society

Keywords: Public politics, homicides, race, inequality.

Introdução¹

No Brasil, a jurisdição policial sobre os crimes comuns é estadual, não federal, nem municipal. Por isso, é importante analisar os dados históricos da violência homicida nos estados, assim como avaliar, até onde possível, o efeito das políticas públicas estaduais, inclusive o uso, adequado ou não, que os estados fizeram das ações e leis oriundas do governo federal.

A análise de alguns estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco e Minas Gerais, mostra que a implementação de políticas públicas inteligentes muitas vezes coincide com as mudanças no governo estadual (SOARES, TERRON, MARINHO, 2012). ²Elas alteram as tendências de crescimento das taxas de homicídio que

¹ Esta introdução elabora dois trabalhos: Gláucio Ary Dillon Soares, Sonia Terron e Sandra Andrade, Matar e Morrer no Rio de Janeiro (em andamento) e Gláucio Ary Dillon Soares e Sonia Terron, Segurança Pública e Mortes Violentas no Rio de Janeiro, 10º Encontro da ABCP, Belo Horizonte, Minas Gerais 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

² SOARES, Gláucio Ary Dillon; TERRON, Sonia L.; MARINHO, Andreia C. Políticas Públicas e Homicídios. 2012. 8º Encontro da ABCP, 01 a 04/08/2012, Gramado, RS., Área temática: Segurança Pública e Segurança Nacional.

foram observadas em quase todos os estados a partir do primeiro ano em que as estatísticas foram divulgadas, 1979-1980.

Os dados do Rio de Janeiro são interessantes porque houve mudanças nas políticas de segurança pública de vários governos, o que permite avaliar o efeito dessas políticas.

É importante lembrar o pano de fundo da maioria das análises de crimes no Brasil, país onde é antiga a tradição de analisar crime e violência *exclusivamente* a partir de variáveis “estruturais”. As análises das variações na criminalidade, em geral, e das taxas de homicídio, em particular, a partir de variáveis sociológicas e econômicas, são muito frequentes e mostram a importância de processos “estruturais” no pensamento a respeito do que determina estes fenômenos. Esse olhar, de inspiração originalmente marxista, com frequência deixa as políticas públicas de fora. São úteis, analiticamente, a longo prazo, ao longo de décadas, e em tempos de crise, mas só temos a ganhar com o uso conjunto de explicações “estruturais” e explicações “políticas”, baseadas, sobretudo em políticas públicas.

Essa é uma polemica historicamente antiga no marxismo. Há mais de meio século, Poulantzas se notabilizou por defender duas noções que nos influenciaram:

1. A região do político tem certa autonomia em relação à “infraestrutura”³;
2. O estado não é monolítico.⁴

A ampla história do crime e da violência criminosos nos estados brasileiros mostra que há mudanças no nível de criminalidade, e especificamente nas taxas de homicídios, que acompanham as mudanças de governo no âmbito estadual. As associações estatísticas sugerem que, em várias instâncias, foi grande o poder das políticas públicas no desencadeamento de mudanças a curto e médio prazo, o que matiza a influência de processos contínuos, de longo tempo de maturação, que não explicam bem importantes mudanças de curto e médio prazo em condições estáveis. Essas variações frequentemente acompanham as mudanças de governo. Com base na comparação entre governos de diferentes estados, podemos afirmar que bons governos salvam vidas⁵.

³ *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*, Paris, Maspéro, coll. « Textes à l'appui », 1968

⁴ « L'État n'est pas un bloc monolithique, mais un champ stratégique », em *L'État, le pouvoir, le socialisme*, Paris, PUF, 1978.

⁵ É um tema que o autor sênior enfatiza há mais de uma década. Ver a matéria escrita por Marina Lemle a respeito de uma palestra feita na Casa de Rui Barbosa, 'Bons governos salvam vidas' em <https://www.blogger.com/blogger.g?blogID=31246676#editor/target=post;postID=7551913101507319687;onPublishedMenu=allposts;onClosedMenu=allposts;postNum=16;src=link>

Bons governos salvam vidas

A atenção da mídia foi redirecionada para os efeitos das políticas públicas a partir dos efeitos do Estatuto do Desarmamento no total do Brasil e a relevância dos estados também foi sublinhada devido ao efeito muito desigual do Estatuto sobre as taxas de homicídio nos estados. Contudo, no Brasil como um todo, o Estatuto salvou muitas vidas. Outros programas, na Colômbia (Bogotá, Medellín, outras cidades), em Nova Iorque, no próprio Estado de São Paulo e muitos outros conseguiram reduzir substancialmente a taxa de homicídios.

Porém, as épocas de crise constituem um parâmetro institucional à parte. Em países europeus, a crise de 2008 provocou um aumento nos suicídios. Os dados referentes aos homicídios no Estado do Rio de Janeiro, mostram que a crise fiscal, econômica e política reverteu uma tendência ao declínio de, aproximadamente, uma década. As taxas de homicídio, que vinham declinando, pararam de baixar e os dados de 2016-17 sugerem um biênio pior.

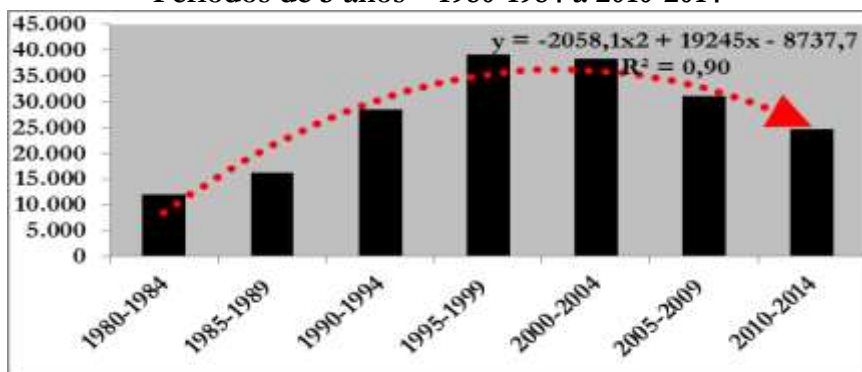
As crises contam, contudo, focalizamos o período anterior à crise, quando se estabeleceu uma tendência à redução dos homicídios no estado.

O que dizem os dados sobre as relações entre as políticas públicas e a redução dos homicídios?

Confirmando a influência das políticas públicas, há dois pontos de alteração das duas retas ajustadas: 2003-2004, quando algumas medidas iniciais foram implementadas durante a discussão e promulgação do Estatuto do Desarmamento, e 2007-2009, quando Beltrame iniciou a implementação de medidas que resultaram em nova aceleração do decréscimo nos homicídios (2007), quando foi instalada a primeira UPP (2008), um marco simbólico e 2009, quando foi instalado o sistema de metas⁶.

⁶ Como as medidas preparatórias ao Estatuto e consonante com ele, a promulgação do Estatuto e as medidas implementadas por Beltrame no nível estadual estão próximas no tempo, e as séries analisadas são anuais não seria incontroverso falar de um ponto de inflexão, por isso preferimos falar de um período de inflexão. Agradecemos a Vanessa Campagnac ter sublinhado a importância do sistema de metas.

**Gráfico I – Total de homicídios no estado do Rio de Janeiro
Períodos de 5 anos – 1980-1984 a 2010-2014**



Fonte: SIM.

Quando a unidade temporal de observação passa de um a cinco anos, a mudança na direção da curva ajustada é clara.

Os dados anuais mostram:

1. A tendência rapidamente ascendente do número absoluto de mortes até 2003;
2. O declínio posterior, até 2014, inclusive que o declínio se deveu, na sua quase totalidade, à redução das mortes por armas de fogo.

O gráfico 1, que mostra as mortes de cinco em cinco anos, ensina que o pior quinquênio foi 1995-1999. Houve um crescimento acelerado até esse quinquênio; entre 1995-1999 e 2000-2004, há um período de inflexão e os homicídios recuam aceleradamente durante os dois quinquênios seguintes.

Os efeitos das políticas públicas são diferenciados

Essa é uma brevíssima análise *a partir das políticas públicas*. As políticas públicas podem ter focos muito diferentes: por exemplo, uma área genérica, como os homicídios; instrumentos, como as armas de fogo; as vítimas; os criminosos etc.

O Estatuto do Desarmamento focou no instrumento que, é o mais utilizado para matar: as armas de fogo. Por isso, como seria de esperar, seus efeitos foram, predominantemente, sobre os homicídios *cometidos com armas de fogo*. É o que demonstram os dados:

- Houve um declínio anual de 297 mortes por armas de fogo;

GLÁUCIO SOARES, SANDRA DE ANDRADE
VIDAS DESIGUAIS, MORTES DESIGUAIS

- Houve um declínio anual de 3,5 mortes por armas brancas.

Esses resultados derrubam, sem lugar a dúvidas, duas hipóteses:

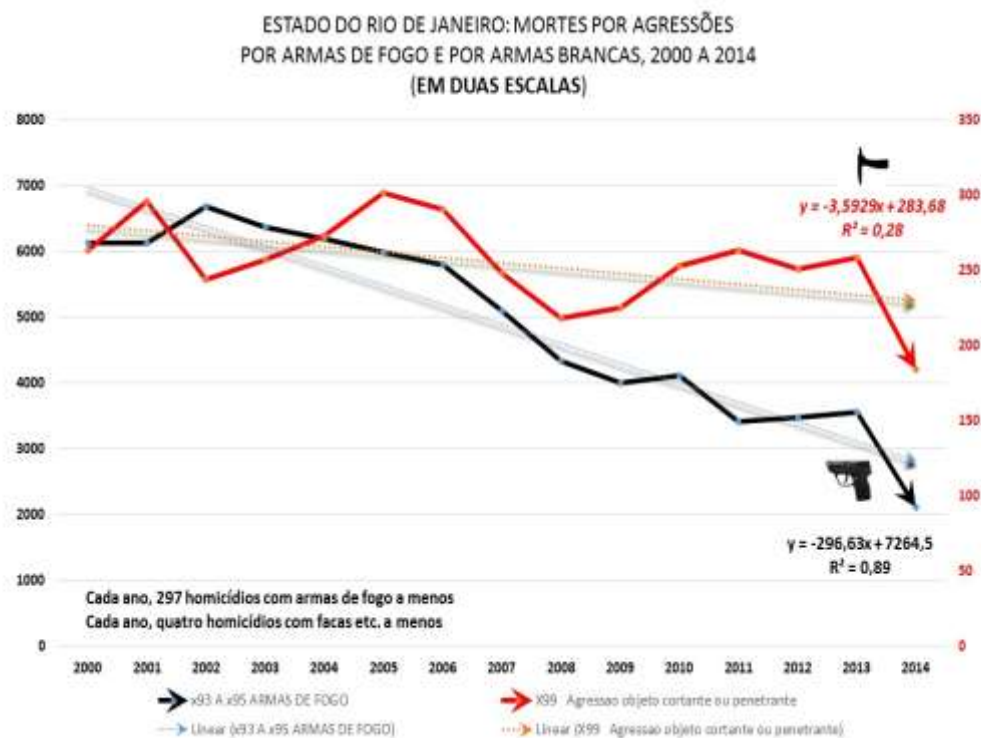
- O efeito de uma legislação direcionada contra as armas de fogo é indiferenciado no que concerne o tipo de instrumento, reduzindo as mortes proporcionalmente, independentemente do instrumento usado;
- Há um efeito compensatório: a necessidade de matar independe dos meios disponíveis e se transfere de um instrumento para outro: quem não pode matar com arma de fogo, matará necessariamente com outro instrumento.

A evidência é ampla, mas continuamos a ver essas hipóteses, desacreditadas pelos dados, repetidas em material impresso, em declarações à imprensa e à televisão, e na mídia eletrônica.

Levando em sério as contribuições de Poulantzas e de outros cientistas políticos que, nas últimas décadas, pesquisaram empiricamente o estado, podemos adiantar a hipótese de que a crise não afeta igualmente as diferentes unidades e subunidades que compõem o estado. Podemos pensar o estado cujos recursos obedecem a um modelo que, *em cada momento*, soma zero. Esse modelo abre caminho para aceitar, além da heterogeneidade do estado, o conflito dentro dele.

O total de recursos disponíveis muda: cresce, em tempos de vacas gordas, e decresce, em tempos de vacas magras. Há, durante os bons tempos, uma tendência ao incrementalismo diferenciado, todas, ou quase todas, as subunidades veem seus recursos crescer, mas a velocidade do crescimento não é a mesma: umas crescem mais do que outras. Em tempos de crise, acirra-se a luta interna por recursos. Características do funcionamento das subunidades cobram particular importância em tempos de crise, entre elas a imprescindibilidade e o multiplicador social e midiático das consequências a curto e médio prazo. A experiência brasileira recente ensina que o medo e o temor podem assumir níveis paroxísmicos a curto prazo. Algumas Secretarias de Segurança Pública puderam manter suas atividades em um nível elevado, ainda que em outras subunidades o deterioro fosse notável. Como resultado, puderam segurar as taxas de homicídio em queda ou estáveis durante algum tempo (um, dois ou três anos), a despeito da crise no estado como um todo.

Gráfico II - A queda no total de homicídios no estado do Rio de Janeiro, por armas de fogo e por armas brancas, 2000-2014



Fonte: SIM.

A sociedade não é homogênea

Poulantzas travou uma batalha teórica com marxistas ortodoxos a respeito da autonomia relativa da região do político e da heterogeneidade do estado. No que concerne à sociedade, há muito tempo ela é tratada como heterogênea, internamente diferenciada, inicialmente devido à influência do marxismo que a dividiu em classes sociais. Ora, centenas de pesquisas empíricas demonstraram que a situação de classe, o status socioeconômico, na nomenclatura mais sociológica, se correlaciona com uma ampla gama de comportamentos, atitudes, crenças e muito mais. A heterogeneidade da sociedade, que inclui muitas outras variáveis, particularmente as sociodemográficas, como sexo, idade, educação, raça, condição rural-urbana, condição residencial (que abarca “favela”/não “favela”), rural-urbana, renda per capita, região do país etc. etc. foi aceita pela sociologia desde seus primórdios como disciplina acadêmica. Esse conhecimento impede que

GLÁUCIO SOARES, SANDRA DE ANDRADE
VIDAS DESIGUAIS, MORTES DESIGUAIS

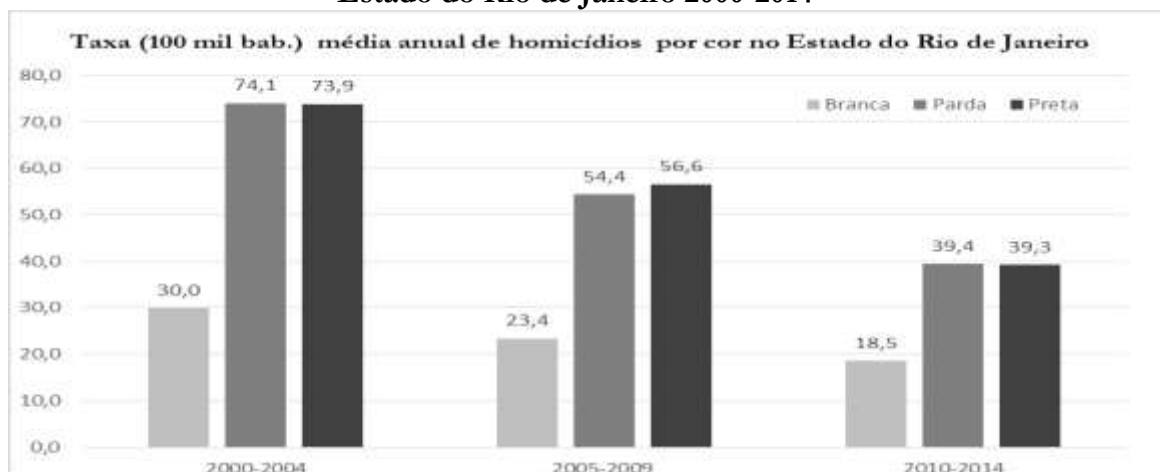
analisemos sempre o efeito das políticas públicas sobre “a sociedade” como ela fosse homogênea e indiferenciada⁷.

Há *respostas diferenciais* mesmo dentro de um cenário estável da violência letal. Este artigo sublinha o efeito das políticas públicas federal e estadual no âmbito da Segurança Pública apenas sobre as raças. Parte da constatação de que o número absoluto e as taxas de vitimização por homicídio das diferentes raças são muito diferentes no Estado do Rio de Janeiro. Demonstra, também, que elas foram afetadas pelas mencionadas políticas públicas.

Porém, há uma questão metodológica a ser resolvida; o censo usa, tradicionalmente, as categorias “branco”, “pardo” e “preto”, além de outras menores. São baseadas na cor da pele. Há vários comportamentos, crenças e atitudes, inclusive identificação, que seguem esse gradiente, que não é retilinear, mas há outros comportamentos que não são diferentes entre “pardos” e “pretos”. Para fins de análise desses comportamentos, a separação conceitual não contribui para o poder de explicação, fortalecendo a posição de várias tendências dentro do Movimento Negro, que unem “pardos” e “pretos” em uma só categoria, a de negros.

No que concerne as taxas de vitimização por homicídio, essa separação contribui para explicar ou não? Os dados mostram que não.

**Gráfico III – Taxas de vitimização por homicídio, cor da pele
Estado do Rio de Janeiro 2000-2014**



Fonte: SIM/IBGE.

⁷ Demonstrar a influência das políticas públicas sem diferenciar a população alvo é justificável nas etapas iniciais e intermediárias do conhecimento sobre as políticas públicas e seus efeitos.

GLÁUCIO SOARES, SANDRA DE ANDRADE
VIDAS DESIGUAIS, MORTES DESIGUAIS

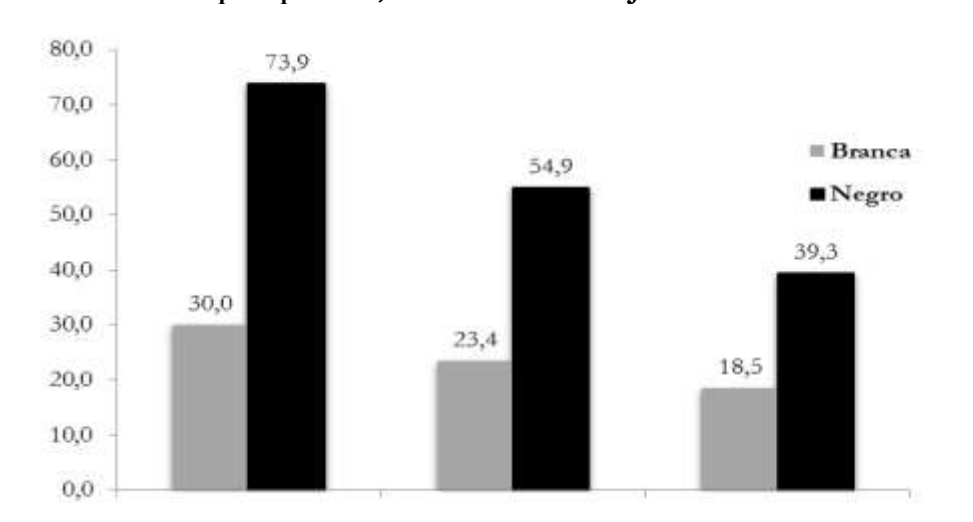
O Gráfico 3 mostra a taxa anual média de cinco em cinco anos, começando em 2000. No período 2000-2004, a taxa dos pardos foi marginalmente maior do que a dos pretos (74,1 vs. 73,9); no período seguinte, 2005-2009, a dos pretos foi ligeiramente maior (56,6 vs. 54,4) e, no período final (2010-2014) foram quase idênticas: 39,4 a dos pardos e 39,3 a dos pretos.

Assim, os dados sobre vitimização por homicídio durante os 15 anos (2000-2014) no Estado do Rio de Janeiro sugerem que a divisão proposta pelo Movimento Negro é mais útil para analisar esses dados do que a do IBGE.

A análise do gráfico como um todo revela a quase identidade das taxas de pardos e pretos, dando substância ao procedimento de juntar as duas numa categoria só, a de negros.

Reagrupando e renomeando os dados, chegamos ao Gráfico IV, que compara as taxas médias anuais de vitimização de brancos e negros, por quinquênios, entre brancos e negros.

Gráfico IV– Taxas médias anuais de vitimização, brancos e negros, por quinquênios, estado do Rio de Janeiro 2000 a 2014



Fonte: SIM/IBGE.

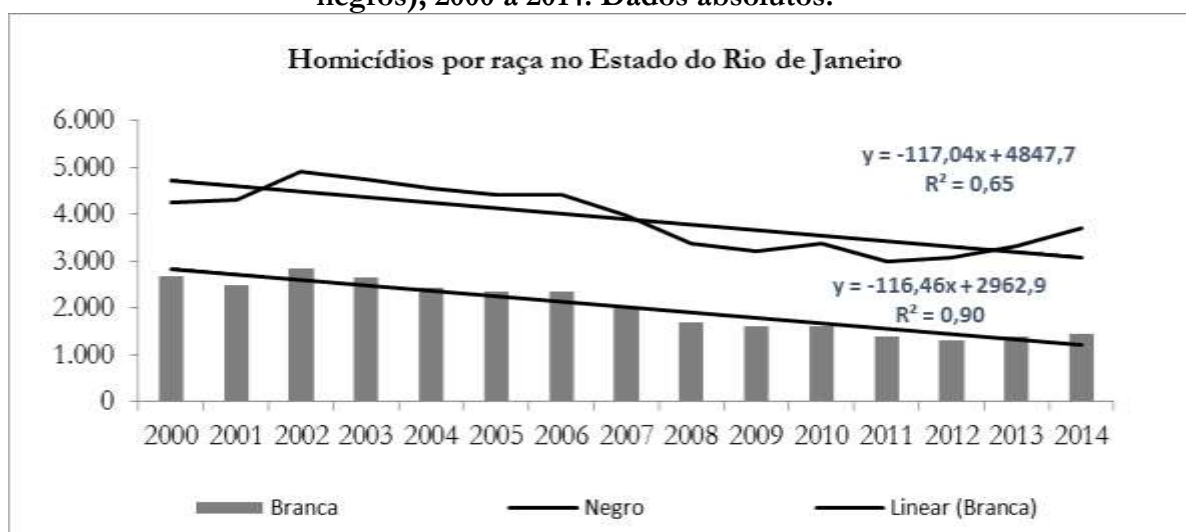
Assim com os dados reagrupados por raça, os dados do Gráfico IV permitem algumas conclusões: Houve uma redução substancial da taxa de vitimização dos brancos, de 30⁸, para 23,4, atingindo 18,5 em 2010-2014⁹. Uma queda de 38%.

⁸ Equivalente à taxa da África do Sul em 2010.

Ocorreu uma redução substancial da taxa de vitimização dos negros, de 73,9¹⁰, para 54,9, atingindo 39,3 em 2010-2014¹¹. Resultado no período analisado: uma queda de 47%.

Embora a redução da taxa referente aos negros, 47%, tenha sido maior, as diferenças continuaram acentuadas. A taxa dos negros foi 246% a dos brancos em 2000-2004; 235% em 2005-2009 e 212% em 2010-2014. As desigualdades continuaram grandes, a despeito de uma redução.

Gráfico V - Redução nos homicídios, estado do Rio de Janeiro, por raça (brancos e negros), 2000 a 2014. Dados absolutos.



Fonte: SIM.

Analisando ano a ano, a série de dados revela que a redução – de acordo com um dos indicadores, foi rigorosamente paralela, em números absolutos, para brancos e negros. Com a análise dos totais de mortes por homicídio de 2000 a 2014 é possível perceber que ocorreu um declínio paralelo nas duas raças, brancos e negros: 115 homicídios a menos por ano entre os brancos e 116 entre os negros. O que significa, com clareza, que a diferença absoluta - entre as raças - dos totais de mortes permaneceu constante. Houve redução, clara e insofismável, das mortes por homicídios tanto de brancos quanto de negros, mas a diferença no número absoluto de mortes permaneceu constante. Não bate com as outras bases de dados que usamos.

⁹ Ainda muito alta, equivalente à taxa de Puerto Rico como um todo, em 2014.

¹⁰ Se os negros do Estado do Rio de Janeiro fossem um país, seriam o segundo com mais vitimização por homicídio, atrás, apenas de Honduras (2010), com 83,1.

¹¹ Duas vezes e meia a taxa nacional do México (em 2014), um país em conflito interno entre os grandes cartéis.

GLÁUCIO SOARES, SANDRA DE ANDRADE
VIDAS DESIGUAIS, MORTES DESIGUAIS

Confirmando a influência das políticas públicas, há três pontos de alteração das duas retas ajustadas: 2003, quando algumas medidas iniciais foram implementadas durante a discussão e promulgação do Estatuto do Desarmamento, e 2007, quando Beltrame iniciou a implementação de medidas que resultaram em nova aceleração do decréscimo nos homicídios.

Conclusão

Branco e negro se beneficiaram com as políticas públicas inteligentes, federais e estaduais, mas a análise das taxas por raça mostra a persistência da importante desigualdade retratada há quinze anos em *A Cor da Morte*. A desigualdade racial continua.

Usando dados absolutos, a comparação dos coeficientes da regressão mostra que persiste a notória desigualdade entre brancos e negros, clara, insofismável. No Estado do Rio de Janeiro, as desigualdades entre as raças, presente em tantos aspectos da vida, também estão presentes na morte.

Vidas desiguais, mortes desiguais.

CORRUPÇÃO: TEORIA, PERCEPÇÃO E REALIDADE

Dimas E. Soares Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
✉ dimasferreira@uol.com.br

Resumo: *o presente artigo aborda de forma crítica o fenômeno da corrupção buscando demarcar a forma pela qual o mesmo é tratado pelas diferentes tradições políticas e colocando o Brasil como um exemplo a ser estudado de modo a compreender os seus impactos sobre o processo político democrático.*

Palavras-chave: *corrupção, democracia, interesse público, república, interesse privado.*

Abstract: *The present paper critically approaches the phenomenon of corruption seeking to show the way in which it is treated by the different traditions of political thought and placing Brazil as an example to be studied in order to understand its impacts on the democratic political process.*

Keywords: *Corruption, democracy, public interest, republic, private interest.*

Em tempos de Operação Lava Jato, delações premiadas, prisões de ex-governadores, senadores e ministros, bem como de grandes empresários e diretores de estatais, a corrupção passou a ocupar o centro do debate público no Brasil. O que, na verdade, já vinha se dando há pelo menos duas décadas, desde a redemocratização e os sucessivos escândalos de corrupção, como o dos Anões do Orçamento, do Banestado, da obra do TRT-SP e o famoso Juiz Lalau, do Mensalão, entre outros. Desde a sua redemocratização, todos os governos brasileiros, sem exceções, assim como todos os poderes da República, foram atingidos por escândalos de corrupção. Todavia, não é um fenômeno exclusivo da sociedade brasileira, mas algo recorrente na história da humanidade que resistiu às mudanças político-institucionais oriundas de processos de redemocratização em diferentes partes do mundo, como na América Latina, por exemplo. No Brasil se tornou um fenômeno altamente perceptível e visível, fato que está relacionado aos mecanismos de transparência pública implantados nos últimos anos, à liberdade de imprensa

conquistada após a redemocratização do país, às novas tecnologias da informação e da comunicação cada vez mais acessíveis a todas camadas sociais e ao acirrado jogo político entre as forças de centro-esquerda progressista e da direita conservadora.

A corrupção também não é um fenômeno à margem da sociedade, restrito apenas ao mundo da política. Ela se faz presente na esfera privada e na vida cotidiana das pessoas comuns e é capaz de provocar a justa, mas muitas vezes seletiva indignação e condenação moral, levando a uma crescente avaliação negativa dos atores e das instituições políticas, principalmente. Segundo a Transparência Internacional, a corrupção está presente não só nos partidos políticos, nos parlamentos e legislativos, mas também na polícia, no judiciário, nos sistemas de saúde e serviços médicos, na mídia, nos grupos religiosos, nos negócios e setor privado.

Uma questão frequentemente levantada sobre o tema é se seria possível estabelecer parâmetros de comparação dos níveis de corrupção entre os diferentes países. De certo que sim, pois ela tem um caráter global e se trata de um fenômeno sociológico, portanto, possui elementos comuns e partilháveis, estando presente em diferentes democracias, tanto aquelas com elevados níveis de liberdade de imprensa, como em estados autocráticos ou semiautocráticos e sem plena liberdade de opinião. O Brasil, especificamente, após os últimos escândalos de corrupção e seus desdobramentos judiciais e políticos, é um dos países onde mais se percebe uma mudança na forma como a sociedade encara a corrupção, colocando-a no centro do debate público e a elencando como um dos seus maiores problemas sociais (Tabela 1).

Ainda que partindo das premissas acima, qualquer análise a respeito da corrupção no Brasil também deve levar em conta suas raízes históricas e culturais, bem como a sociologia da relação entre interesses públicos e privados. Primeiramente é necessário deixar claro que a construção político-institucional brasileira recente levou muito pouco a sério os valores

republicanos, deixando-se dominar por um privatismo excessivo da coisa pública.

Tabela 1: Percepção da corrupção nas instituições/2013 (%) - Qual instituição lhe parece corrupta ou muito corrupta?

	Brasil	Canadá	Chile	Alem.	Arg.	Japão	Itália	Israel	Coréia do Sul	Nova Zel.	USA	R.U.	Mex.
Partidos Políticos	81	62	76	65	78	80	89	79	70	46	76	66	91
Poder Legislativo	72	47	68	48	72	76	77	53	64	33	61	55	83
Org. Militares	30	21	36	25	32	35	25	21	31	11	30	17	42
ONGs	35	24	32	31	22	38	26	44	20	19	30	18	43
Mídia	38	39	48	54	44	60	45	52	36	43	58	69	55
Igrejas	31	33	45	34	34	74	39	73	43	35	35	34	43
Empresas	35	48	65	61	49	41	52	49	33	36	53	49	51
Sistema Educacional	33	20	60	19	23	55	29	23	30	16	34	18	43
Poder Judiciário	50	25	67	20	65	29	47	33	38	20	42	24	80
Sistemas de Saúde	55	24	51	48	26	47	54	36	21	17	43	19	42
Polícia	70	27	53	20	70	61	27	51	35	24	42	32	90
Serv. Público	46	38	58	49	77	66	61	60	36	25	55	45	87

Fonte: Transparência Internacional

Entretanto, afirmar que a corrupção é algo inerente ao caráter e à identidade dos brasileiros é, no mínimo, uma assertiva eivada de preconceitos ainda que haja uma forte dose de conformismo, tanto das elites, como das camadas populares em relação à corrupção. O correto, nesse caso, é tratar a corrupção como um fenômeno suscetível de análises teóricas e empíricas sérias no qual, não só suas origens histórico-culturais devem ser trazidas à tona, mas também a identificação dos seus elementos centrais, permitindo à sociedade vislumbrar a superação desse problema resgatando um dos maiores valores da democracia, qual seja, a prevalência do interesse público e do bem comum.

Para tanto foi necessário buscar os mais remotos registros do fenômeno da corrupção. Os encontramos nos primeiros vestígios da participação política popular que remontam ao século VII a.C., quando os gregos, sentindo-se usurpados de suas tradições, principalmente do direito à terra, e diante do empobrecimento que lhes foi imposto, passaram a protestar contra a falta de sensibilidade das oligarquias dominantes. É neste momento então que o *demos* surge na história como ator político. Processo que acabou por levar às reformas de Sólon (594 a.C.), reduzindo o poder dos fortes e oferecendo aos mais fracos o “escudo da lei”.

“Dei ao povo honras suficientes; (...) aos grandes, fiz de modo a evitar-lhes toda desonra: levantei-me e lhes proporcionei, a um lado e a outro, um escudo resistente, de tal maneira que não é mais permitido a um oprimir o outro”¹ (CARDOSO, 2008, p. 27-8).

Talvez seja esse o registro mais remoto da noção política da corrupção, no qual se ataca a degradação da vida pública na polis na medida em que ele colocava em risco a harmonia social. Naquele momento a justiça e a lei já se punham como contrafortes às forças e interesses particularistas e às tendências desagregadoras geradas pelas paixões. Ao mesmo tempo em que a ganância pelo poder e pela riqueza por parte das oligarquias enfrentava a vontade do povo de viver em total liberdade e independência sem nenhum tipo de constrangimento ou obrigação.

Platão acreditava que a pólis só seria justa se fosse governada pelos filósofos (*kallipolis*) ou por homens de honra, uma timocracia. Mas, o desejo crescente pelas “honras privadas” acabaria por contaminar o governo, transformando a timocracia sonhada por Platão numa oligarquia onde uns poucos acumulariam distinções, privilégios e riquezas gerando “volúpia e ócio”. E a maioria absoluta da polis seria destituída de suas condições de

¹Ἐδωσα ἀνθρώποι ἀρκετὰ τιμὰ; (...) σε μεγάλους, το ἐπραξε για να αποφύγει ατιμάζει όλα: σηκώθηκα και να τους δώσουμε μία ή την άλλη πλευρά, ένα ανθεκτικό περίβλημα, έτσι ώστε δεν επιτρέπεται πλέον να καταπιέζει ο ένας τον άλλο (SÓLON, *apud* FINLEY, 1992).

trabalho tornando-se cada vez mais pobre, gerando assim desprezo e ressentimento. Então, que forma de governo seria capaz de gerar equidade, frear a ganância do privado sobre o público e garantir a liberdade? Para Platão não seria a democracia. Ele a via quase como uma anarquia que abre espaço para a corrupção que, em último grau, teria na tirania seu resultado final. Logo, nem o máximo de autoridade da tirania, nem o máximo de liberdade típico da democracia, seriam capazes de impedir os desvios e os excessos, elementos básicos da corrupção. Platão passou a defender então um “governo misto” parecido com o que havia em Esparta (CARDOSO, 2008).

Esse governo misto também foi defendido por Aristóteles, Políbio e Cícero. Aristóteles, especialmente, não dissociava as inclinações da vida privada das questões de ordem política. Para ele, os governos devem se ocupar de debater e decidir sobre questões coletivas que conduzam à felicidade da polis. Para isso, é preciso superar as controvérsias e as disputas através da justiça que é um valor relativo, pois, se para uns a justiça significa liberdade e igualdade material (democracia), para outros ela existe no mérito e na riqueza (oligarquia). Logo, é a integração e o equilíbrio entre estes dois partidos presentes na polis que, segundo Aristóteles, levaria ao estabelecimento de uma “associação política” no qual a corrupção, mesmo que possível, cederia terreno para a justiça e a lei.

“É porque as coisas temporais estão permeadas pela indeterminação e o acaso e irremediavelmente sujeitas à corrupção e à morte que se torna possível para o homem introduzir nessa matéria evanescente, contingente, um pouco de razão e unidade, criando um mundo à sua imagem e semelhança – um mundo certamente frágil, sempre inacabado, mas capaz de lhe dar o gosto de uma vida ativa e produtiva, segundo os padrões humanos da excelência, e ainda o prazer da comunicação e da convivência com seus pares, a experiência da amizade, pessoal e política, vedada aos brutos, e também aos deuses” (CARDOSO, 2008, p.35).

Diferentes autores clássicos da teoria política, ao longo dos séculos, trataram do tema da corrupção. Maquiavel, Espinosa, Hobbes, Rousseau, Hume, Tocqueville, Weber são somente alguns pensadores que enfocaram o fenômeno em seus estudos. Da mesma maneira, as diferentes tradições políticas, como liberalismo, republicanismo, socialismo, totalitarismo e democracia também construíram diferentes discursos em torno da corrupção. Para o liberalismo, muitas vezes a corrupção foi entendida como ausência de ética na política, contudo, seria um reducionismo muito grande se assim a entendêssemos. Seja Locke, Kant ou Stuart Mill, todos os grandes defensores do liberalismo afirmaram que o princípio básico da liberdade individual não está totalmente desprovido de incertezas e contradições. Por isso, a justiça deve estar ligada a mecanismos legais de coerção que garantam a felicidade numa sociedade organizada racionalmente em torno da igualdade de oportunidades entre os indivíduos. Portanto, não se trata só de “ética na política”, mas de garantia das liberdades individuais, direito à propriedade e o cumprimento dos contratos e promessas, ou seja, seria através dessa conduta individual ética que se preveniria a corrupção.

Teóricos mais contemporâneos do liberalismo têm sinalizado para um modelo procedimental de justiça no qual a ética deve incidir sobre a distribuição justa de recursos escassos por parte do governo, bem como a garantia de direitos, liberdades e oportunidades. A grande discussão está na escolha do melhor modelo para se levar a cabo esses objetivos de justiça, quais sejam: um modelo de sociedade *rent-seeking*, baseada na máxima desregulamentação e na mínima intervenção estatal, ou um modelo de *big government* voltado para a provisão de justiça e bem-estar social que levará a níveis menores de corrupção? (DE VITA, 2011)

A tradição republicana, por sua vez, desde Platão e Aristóteles, sempre colocou o tema da corrupção como ponto central de pauta. Os republicanistas modernos também se dedicaram ao tema. Maquiavel, por

exemplo, dizia que a corrupção era uma “degradação da liberdade política e a destruição de seus efeitos positivos no interior das cidades”. Para ele, a corrupção é simetricamente oposta à república, pois faz sobrepor o interesse privado sobre o bem comum (BIGNOTTO, 2008).

Rousseau sabiamente soube dar uma explicação ao fenômeno da corrupção. Em seu *Contrato Social* dedicou capítulos inteiros ao que chamou de “morte do corpo político”, onde afirmava que é inexorável a degeneração política, principalmente quando são baixos os níveis de transparência. Para ele, todas as vezes que a vontade popular soberana, manifestada através de um contrato social, é desrespeitada, significa que o corpo político se corrompeu. Logo, a quebra dos princípios constitucionais é o sinal mais evidente da corrupção política. Quase o mesmo que Montesquieu também afirmava a respeito. A diferença é que ele entendia a corrupção como fruto da perda da virtude por parte dos cidadãos (BIGNOTTO, 2008).

Um republicanista mais contemporâneo, Philip Pettit, diz que nem todos os que têm poder são corruptos, mas todos são corruptíveis. O que nos faz retomar a ideia de virtude de Montesquieu. Dessa forma, podemos dizer que a república não existiria se não houvesse indivíduos virtuosos. Logo, só há uma maneira de se lidar com esse problema, qual seja: estabelecendo mecanismos de sanção institucional que sirvam como “filtros ou proteções”. Já Charles Taylor, afirmava que a corrupção emerge todas as vezes que os indivíduos não conseguem ter a medida exata de seu pertencimento social e de sua identidade coletiva. Assim, a ruptura dos vínculos dos indivíduos com a sociedade faz com que a corrupção se manifeste (BIGNOTTO, 2008).

O socialismo foi alvo histórico das críticas por parte dos liberais que miravam no centralismo político-estatal como principal responsável pela presença e difusão da corrupção. Para eles, não passava de um regime baseado na restrição das liberdades, no unipartidarismo e na semiautonomia dos poderes legislativo e judiciário, o que acabou por fazer com que a corrupção

aflorasse por toda a sua estrutura político-institucional e o discurso coletivista quase messiânico baseado na ideia de que os fins justificam os meios acabou por “legitimar os privilégios de uma elite dirigente”. Contudo, esse ataque liberal nem sempre conseguiu explicar os baixíssimos índices de corrupção registrados em estados de bem-estar social nórdicos, governados muitas vezes por partidos socialistas ou os índices altíssimos de corrupção registrados na Rússia logo após sua opção pelo modelo liberal quando então se deu um intenso processo de privatizações e desregulamentações, marcado por escândalos de corrupção. Segundo o Índice de Percepção de Corrupção de 2016 publicado pela Transparência Internacional,² dentre os 10 países com menores índices de corrupção quatro são nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega).³

Marx, em diferentes documentos, como o *Manifesto Comunista* e o *18 Brumário*, criticava a centralização político-estatal, o insulamento burocrático e o afastamento dos interesses sociais por parte dos regimes liberais baseados numa enorme máquina burocrática repleta de privilégios. Mas, foi em *O Capital* que ele demonstrou a incapacidade de o liberalismo atacar verdadeiramente a corrupção, abrindo um horizonte para a democracia e o republicanismo radical. Para ele, somente a soberania popular poderia apontar para o fim da corrupção. Mas, seria Gramsci bem mais tarde quem preencheria essa lacuna deixada por Marx, propondo “uma teoria democrática e republicana que vá além dos limites do liberalismo”.

² Dados em
<http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016>, acesso em mar/2017.

³ Na Dinamarca, os liberais hoje governam numa aliança de partidos de direita que somam 90 cadeiras no parlamento, contra 85 dos partidos de esquerda e centro-esquerda. Na Finlândia o Partido Central junto com o *FinnsParty* (Partido dos Finlandeses Legítimos) e o Partido da Coalizão Nacional detém 124 cadeiras no Parlamento, contra 76 cadeiras dos partidos de esquerda e centro-esquerda. Na Suécia, o *Riksdagen* (Parlamento) é controlado por uma coalizão de centro-esquerda comandada pelo Partido Social-democrata que venceu as eleições de 2014. Por fim, na Noruega o bloco Verde-Vermelho, composto pelos partidos Trabalhista, de Centro e da Esquerda detém o poder desde 2013.

Para os teóricos do socialismo, a inegável e estreita relação entre o socialismo e o interesse público conduz à ideia de soberania popular e de republicanismo baseado na vontade coletiva e de uma economia democraticamente regulada e voltada para objetivos universalizantes. São exatamente estas características que, para eles, conduzem a uma ética pública focada em valores e interesses coletivos (GUIMARÃES, 2008).

Segundo Duarte (2008), a subversão absoluta e mais profunda da ética política e dos princípios constitucionais fundantes das sociedades democráticas se dá toda vez que um regime totalitário se estabelece. Ele recorre a Hanna Arendt que foi, sem dúvida, a grande teórica do totalitarismo ao mostrar que para ela, o nazismo de Hitler e o stalinismo foram o exemplo maior da subversão dos princípios éticos e jurídicos que balizam as democracias e ali a corrupção não esteve limitada ao mero desvio de conduta ética por parte de uma burocracia estatal, dos empresários ou dos agentes políticos, ela corrompeu por completo as noções e distinções entre estado e sociedade civil, entre interesse público e privado, entre homens honestos e assassinos cruéis, entre exceção e regra, corrompendo-se dessa maneira a própria essência da democracia, isto é, o pluralismo.

Por fim, no caso da democracia, se partimos do pressuposto de que a corrupção é algo inerente às sociedades humanas e que a democracia é o regime que mais se baseia na multiplicidade de arenas deliberativas, de atores políticos e de negócios entre os setores público e privado, então, não há como negar que a democracia, a priori, é o mais suscetível e vulnerável sistema político. Até porque, como afirma Dos Santos (2008), os estados democráticos modernos funcionam a partir de um enorme aparato político-institucional e em muitos momentos as oportunidades de práticas de corrupção se fazem presentes, seja na escolha dos indivíduos que ocuparão os diferentes postos na administração pública, seja nos contratos e negócios levados a cabo pelo poder público e em tantos outros espaços e momentos.

Os últimos relatórios da Transparência Internacional demonstram que não existe nenhum país do mundo que esteja livre por completo da corrupção. Sejam países democráticos ricos e desenvolvidos, sejam países subdesenvolvidos com sistemas democráticos ainda incipientes, todos têm registros de casos de corrupção. Nos EUA, democracia de longa data, os casos de corrupção no mercado financeiro são recorrentes e também no mundo da política, como as denúncias de desvios éticos nas últimas campanhas presidenciais. Na França, outra importante democracia ocidental verifica-se escândalos de corrupção envolvendo altos agentes da administração pública que estão sendo alvo de investigações e denúncias ainda hoje, como o caso recentemente divulgado envolvendo a líder da extrema direita, Marine Le Pen e o pré-candidato a presidente da República pelo Partido Conservador. O mesmo pode se dizer dos escândalos de corrupção envolvendo grandes empresas automobilísticas da Alemanha, a elite política da Itália, o governo Putin na Rússia, o governo Macri na Argentina etc. Segundo a Transparência Internacional, os três países com os maiores índices de corrupção do mundo são Coréia do Norte, Sudão do Sul e Somália, todos eles autocracias. Entre 176 países e/ou territórios pesquisados pela Transparência Internacional em 2016, o Brasil ocupava a 79ª colocação em corrupção, ao lado da Índia, China e Bielorrússia. Os países com índices mais baixos de corrupção são Dinamarca, Nova Zelândia e Finlândia, respectivamente. Os EUA ocupam a 18ª posição, seguido de Irlanda, Japão e Uruguai. O Barômetro da Corrupção Global já indicava em 2007 que os índices de corrupção deveriam aumentar em quase todo o mundo. Quase nenhum país se aproxima de uma pontuação perfeita no Índice de Percepção de Corrupção de 2016 e mais de dois terços dos 176 países e/ou territórios presentes nesse índice caíram para um ponto abaixo do ponto mediano numa escala que vai de zero para aqueles classificados como altamente corruptos até 100 para aqueles países e/ou territórios considerados muito limpos. A pontuação média global é 43 (quarenta e três), o que indica

que a corrupção é um fenômeno endêmico principalmente no setor público, de modo geral, submetendo quase que diariamente os cidadãos aos impactos tangíveis da corrupção,⁴ quando se deparam com serviços públicos sucateados, baixos índices de eficiência da burocracia estatal, sensação de insegurança, bombardeio midiático com noticiário envolvendo casos de corrupção etc.

Enfim, pode-se concluir que se a ambição pelo lucro fácil, pela riqueza e pelo poder são fatores responsáveis pelo desenvolvimento de uma cultura de corrupção, não cabe à democracia a responsabilidade pelos desvios éticos, mas às ambições e ganância típicas das sociedades humanas e, principalmente à ausência de instrumentos e mecanismos de coerção e punição, bem como ao sentimento de impunidade que contribui muito para a disseminação de práticas de corrupção. Por outro lado, uma série de problemas precisa ser superada para que a democracia possa não eliminar totalmente, mas restringir a corrupção a níveis mínimos. Uma sociedade democrática precisa estar calcada numa esfera pública interativa e participativa, superando as concepções elitistas e conservadoras da política. Os cidadãos precisam ser vistos e ouvidos como dizia Hanna Arendt e o debate público é a essência de uma esfera pública verdadeiramente democrática. Essa ideia habermasiana de esfera pública deve se pautar pela liberdade de imprensa e de opiniões, de modo que tudo aquilo que envolva o interesse público e o bem comum deve ser discutido amplamente junto à sociedade antes de se decidir qualquer coisa nos parlamentos.

Para além disso, é preciso estabelecer mecanismos de transparência, definir o que é e o que não é interesse público, eliminar as possibilidades de práticas privatistas no âmbito do estado, combater firmemente o patrimonialismo, depurar o sistema político partidário e eleitoral, atacar

⁴ Dados em: <http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016>, acesso em: 19 abril 2017.

firmemente e insistentemente a corrupção policial e o crime organizado, estabelecer mecanismos de controle social e de *accountability* entre tantos outros. Também é necessário fortalecer o Poder Judiciário, o Ministério Público e os Tribunais de Contas. Além de fomentar o controle externo e interno, e as práticas de correição e de quarentena.

Apesar de tudo, no caso brasileiro, é possível dizer que se avançou muito no combate à corrupção desde a sua redemocratização no final dos anos 1980. Claro que os escândalos de corrupção ainda se repetirão por inúmeras vezes, mas a cada novo escândalo se agregam novos conhecimentos a respeito deste fenômeno e as estruturas de controle do estado se preparam para que no futuro seja possível se alcançar níveis toleráveis de corrupção e de desvios éticos no mundo da política e também na esfera privada. Tudo dependerá da força da democracia e de suas instituições. Se ela se colocar acima dos interesses político-eleitorais e privatistas, focando no bem comum poder-se-á pensar numa sociedade mais ética e menos corrupta. Caso contrário, o quadro atual tende a permanecer imutável.

Referências

- BIGNOTTO, N. Republicanismo. In: AVRITZER et al. (Orgs.) *Corrupção: Ensaio e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CARDOSO, S. Platão e Aristóteles. In: AVRITZER et al. (Orgs.) *Corrupção: Ensaio e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CORRUPTION PERCEPTIONS INDEX 2016. Disponível em: http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016 Acesso em: mar. 2017.
- DE VITA, A. Liberalismo, Justiça Social e Responsabilidade Individual. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, 2011, p. 569-608.
- DOS SANTOS, W. G.. In: AVRITZER, L. et al. (Orgs.) *Corrupção: Ensaio e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- DUARTE, A. M. In: AVRITZER et al (Orgs.) *Corrupção: Ensaio e Críticas*. Belo Horizonte: Em Debate, Belo Horizonte, v.9, n.1, p.35-47, maio 2017

DIMAS E. SOARES FERREIRA
CORRUPÇÃO: TEORIA, PERCEPÇÃO E REALIDADE

Editora UFMG, 2008.

FINLEY, M. I. *Política no Mundo Antigo*. Lisboa: Edições 70, 1992.

GUIMARÃES, J. Socialismo. In: AVRITZER, L. et al. (Orgs.) *Corrupção: Ensaio e Críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Adriano Oliveira é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor do Departamento de Ciência Política da mesma instituição.

Carlos Gadelha é mestre em estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e estatístico do Instituto de Pesquisa Uninassau.

Simara Lúcia Lemos da Costa é mestre em Estatística pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e estatística do Instituto de Pesquisa Uninassau. Tem experiência na área de probabilidade e estatística, com ênfase em análise de dados.

Sandra Regina Cabral de Andrade é consultora da Unesco, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Formada em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com especialização em Segurança Pública pela Universidade de Brasília (UNB). Tem experiência na área de segurança pública e análise de políticas sociais. Atuação principalmente nos temas relacionados com violência, direitos humanos, políticas públicas, criminalidade espacial e indicadores sociais e em análise de dados quantitativos, qualitativos e espaciais (geoprocessamento).

Gláucio Ary Dillon Soares é doutor em Sociologia pela Washington University at St Louis Mo. Atualmente é pesquisador sênior nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Criminologia e em Sociologia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: violência, homicídios, democracia e regimes ditatoriais.

Dimas E. Soares Ferreira é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico lotado na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Comaer/Min. Defesa) onde atua nas áreas de geopolítica e geoeconomia do Brasil. Membro do Grupo de Pesquisas – Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral – sediado na UFMG. Vencedor do XI Prêmio Tesouro Nacional (2006), com a monografia – Experiências Recentes de Controle Social sobre o Processo de Orçamentação Pública Municipal no Brasil-, organizado pela ESAF, FGV, CEF, STN e MF.